



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14/11/2016
(Contém folhas)

ATA Nº 26

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 14/11/2016

ATA Nº 26

----- Aos catorze dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 31 de outubro de 2016 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

Dia Nacional do Pijama - Edição 2016

----- A senhora Vereadora Alexandra Tomé informou o restante Executivo, que a “Mundos De Vida” - Associação Para A Educação E Solidariedade (Lousado - Vila Nova de Famalicão), lançou o repto e o Município de Pampilhosa da Serra aceitou o desafio, aderindo e mobilizando a adesão de instituições concelhias à iniciativa - Missão Pijama 2016, no próximo dia 21 de novembro, e que tem por objetivo sensibilizar o país para “o direito de uma criança crescer numa família”. -----

----- Mais informou que todas as crianças do ensino pré-escolar do concelho (público e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

privado) vão de pijaminhas vestidos, passar momentos de grande diversão e que o próprio Município lançou o desafio às Instituições e a todos os seus colaboradores, de vestirem o “pijama” por esta causa, que culminará num momento fotográfico dos participantes, acompanhado de cartazes com palavras que habitualmente associam à Família. -----

Quinta do Vale D’Égua

----- A senhora Vereadora Alexandra Tomé, apresentou ao restante Executivo, um exemplar de um trabalho gráfico (brochura) publicado sob patrocínio da EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., e também de um quiosque interativo (em exposição no edifício Multiusos), no qual é apresentada a Quinta de Vale D’Égua, aldeia sita no limite Norte do concelho de Pampilhosa da Serra, freguesia de Fajão, na fronteira com a freguesia de Piódão, concelho de Arganil. -----

----- Mais informou, que esta iniciativa teve por base a construção da nova barragem do Alto Ceira e pretende dar a conhecer o impacto que a obra da antiga barragem, construída nos anos 40 do século XX teve no “modus vivendi” das gentes daquela aldeia, e também com o objetivo de preservar a memória não de uma ruína, mas da gente que naquelas encostas nasceu e cresceu, e que de alguma forma nunca dali partiu. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2 - CÂMARA MUNICIPAL

2.1 - Adjudicação da cessão de exploração do Café/bar e Restaurante “A Piscina”

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- No uso da competência prevista na al. g) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei 75/2013 , de 12/09, na sua atual redação em vigor, que me foi delegada pela Câmara Municipal, por deliberação tomada em 15 de outubro de 2013, informo a Câmara Municipal que determinei, por meu Despacho de 7 de novembro de 2016, a realização da hasta pública no próximo dia 18/11/2016, para a adjudicação da cessão de exploração do Café/bar e Restaurante “A Piscina”, sitos na Avenida dos Bombeiros Voluntários, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, nos precisos termos e condições constantes no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Edital, anexos à



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

presente. -----
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3 - DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 10 de novembro de 2016, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----
----- De operações orçamentais: 1.761.309,06 € (Um milhão setecentos e sessenta e um mil trezentos e nove euros e seis cêntimos); -----
----- De operações não orçamentais: 248.572,70 € (duzentos e quarenta e oito mil quinhentos e setenta e dois euros e setenta cêntimos), num total de 2.020.868,48 € (dois milhões, vinte mil oitocentos e sessenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos).-----
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS

4.1.1 - Revogação da deliberação de 31/10/2016: "Fábrica da Igreja Paroquial de Portela do Fojo"

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, revogar a deliberação tomada na reunião de 31-10-2016, relativamente ao pedido de apoio financeiro solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Portela do Fojo, por falta de dotação orçamental na rubrica correspondente, conforme informação do Coordenador dos Serviços Financeiros da Autarquia. -----

4.1.2 - Pedido de apoio financeiro para obras de substituição de toda a cobertura da Igreja Paroquial de Portela do Fojo

----- Foi presente uma carta da Fábrica da Igreja Paroquial de Portela do Fojo, datada de 12-10-2016, do seguinte teor: -----

----- "A igreja paroquial de Portela do Fojo é um nobre edifício desta paróquia que remonta à sua fundação e que, para além do seu valor religioso constitui, também, o património histórico e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

artístico mais precioso da freguesia, testemunha e guardião da memória coletiva deste povo que enriquece culturalmente a união de freguesias civis de Portela do Fojo – Machio. -----

----- As infiltrações e outros danos derivados de que enfermava o telhado da igreja colocavam em perigo a segurança das pessoas e a conservação deste valioso património, tornando urgentes as obras de substituição de toda a cobertura, orçadas em setenta e três mil euros. -----

----- Tendo isto em conta, venho, por este meio, pedir à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra o apoio que seja possível no sentido de serem feitas estas tão necessárias reparações. -----

----- Confiado na compreensão e colaboração de V.Exª e da Câmara Municipal a que preside, fico, em nome da Fábrica da Igreja, desde já muito grato. O Pároco – Orlando José Guerra Henriques”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial de Portela do Fojo, no valor de 20.000,00 € (vinte mil euros), mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.3 - Pedido de apoio financeiro para obras na Igreja Paroquial de Vidual

----- Foi presente uma carta da Fábrica da Igreja Paroquial de Vidual, datada de 09-11-2016, do seguinte teor: -----

----- “ A antiga igreja paroquial de Vidual é o elemento mais significativo do património artístico-cultural desta freguesia e configurador da identidade coletiva do povo da mesma. -----

----- Tendo em conta que a torre desta igreja se encontra num estado perigoso, com possível derrocada no seu interior, necessitando também de pintura na parte exterior, venho, em nome da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vidual, que legitimamente represento, solicitar ao Município de Pampilhosa da Serra a ajuda possível para a recuperação da torre da antiga igreja. --

----- Juntamos em anexo o melhor orçamento para a recuperação da mesma. Grato pela atenção que, certamente, Vossa Excelência dispensará para este assunto, fico, desde já, muito grato. (O Pároco – Padre Orlando Henriques)” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vidual, no valor de 2.000,00 € (Dois mil euros), mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.4 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra - Pedido de apoio financeiro

----- Foi presente um ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, do seguinte teor: -----

----- *“ Assunto: Atribuição extraordinária de subsídio. -----*

----- *Exmº Sr. Presidente do Município de Pampilhosa da Serra: -----*

----- *Conforme é do conhecimento de V.Exª, a atual Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, doravante designada por Associação, tomou posse no passado dia 28 de outubro, na sequência de eleições ocorridas nesse mesmo dia, iniciando imediatamente funções, as quais lhe tem permitido, naturalmente, inteirar-se da realidade da instituição, nomeadamente da sua situação financeira e disponibilidade de tesouraria para cumprir os seus compromissos – pagamento de IVA, segurança social, vencimentos, fornecedores, entre outros. -----*

----- *Resulta já evidente que a atual frota dos veículos, sujeita diariamente a deslocações com elevado desgaste, tem sido fonte de despesa extraordinária, situação que se agravou com dois acidentes recentes envolvendo outros tantos veículos – VTTF-01 e ABSC 01, em julho e outubro últimos, respetivamente. -----*

----- *À Direção da Associação têm chegado diversos pedidos no sentido de serem liquidados pagamentos pendentes, importando, pois, manter a credibilidade da Associação junto dos seus fornecedores. -----*

----- *Sabemos, claramente, da assinatura este ano de Protocolos entre a Associação e o Município a que V.Exª preside. Ainda assim, excecionalmente, pelas razões sumariamente aqui descritas, ousamos solicitar o apoio dessa edilidade, através de uma ajuda financeira em valor não inferior a 55.000,00 € (cinquenta e cinco mil euros), valor com o qual não só asseguramos o cumprimento dos nossos compromissos até final do presente ano, como igualmente, o que mais releva, ficamos, todos, em condições de poder continuar a nobre e indispensável missão dos Bombeiros em prol da comunidade pampilhosense.” -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, no valor de 40.000,00 € (quarenta mil euros), mediante Protocolo. ---

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4.1.5 - Associação Sócio-Cultural e Ambiental de Unhais-o-Velho - Pedido de apoio financeiro

----- Foi presente uma carta da Associação Sócio-Cultural e Ambiental de Unhais-o-Velho, do seguinte teor: -----

----- “ A Associação Sócio-Cultural e Ambiental de Unhais-o-Velho, vem por este meio solicitar a V.Ex^a um apoio financeiro destinado a equipamento/mobiliário para interior do salão da Casa do Povo, a fim de dotar este com as necessidades adequadas ao seu bom funcionamento. Pois foi cedido pela Junta de Freguesia de Unhais-o-Velho a esta Associação o Salão da Casa do Povo de Unhais-o-Velho onde se pretende aí fomentar um espaço de lazer/convívio, assim como para fins culturais e recreativos. Em anexo, remetemos orçamento de equipamentos.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder apoio financeiro à Associação Sócio-Cultural e Ambiental de Unhais-o-Velho, no valor de 10.000,00 € (dez mil euros), para os fins supra mencionados, mediante Protocolo, do qual foi presente a respetiva minuta que, após análise, foi por aprovada por unanimidade. -----

----- Mais foi deliberado conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

5.1 - OBRAS PÚBLICAS

5.1.1 - Escola EB1/JI Dornelas do Zêzere_Arruamentos Exteriores - Receção definitiva parcial_Liberação de caução - Concurso 272010

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada “Escola EB1/JI Dornelas do Zêzere_Arruamentos Exteriores”, a firma A.M. Cacho & Brás, Ld^a, apresentou em 30/08/2016 o pedido de receção definitiva. -----

----- Tal como transmitido ao adjudicatário em 02/09/2016, através do ofício nº 5153, o prazo de garantia da presente empreitada encontra-se regulado pelo disposto na cláusula 36ª do caderno de encargos. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A receção provisória ocorreu em 21/12/2010 pelo que atualmente só poderão ser passíveis de receção definitiva, caso estejam nas devidas condições, os trabalhos cujo período de garantia é de 2 e 5 anos. -----

----- Os trabalhos sobre os quais recai um período de garantia de 10 anos não poderão ser rececionados definitivamente nesta data. -----

----- Em 20/09/2016 foi efetuada vistoria, cujo relatório se anexa, sendo que não foi verificada qualquer anomalia. -----

----- Nestes termos, os trabalhos constantes da listagem "trabalhos rececionados" e que se anexa à presente informação, podem ser considerados rececionados definitivamente. -----

----- Quanto aos restantes, somente a partir de 21/10/2020 pode ser equacionada a sua receção. -

----- No que respeita à liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município, deve ser dado cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -----

----- Este regime excecional e temporário é aplicável aos contratos de empreitada de obras públicas celebrados antes de 22/08/2012 ou a celebrar até 1 de julho de 2016. -----

----- Nos termos e para os efeitos no nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 120/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 20 de setembro de 2016 no local da empreitada. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 10% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº 962300488008621, no valor inicial de 8.394,95 € (oito mil trezentos e noventa e quatro euros e noventa e cinco centavos) atual de 839,49 € (oitocentos e trinta e nove euros e quarenta e nove centavos), emitida em 18/05/2012 pelo Banco Santander Totta, S.A, correspondente a 10% do valor total da adjudicação; -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita parcialmente, propondo-se que seja apreciado e votado em reunião de Câmara: -----

----- a) Extinção da garantia bancária nº 962300488008621 emitida em 18/05/2012 pelo Banco Santander Totta, S.A, no montante inicial de 8.394,95 € e atual de 839,49 €; -----

----- b) Receção definitiva dos trabalhos constantes da listagem anexa "trabalhos rececionados". À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- a) A extinção da garantia bancária nº 962300488008621 emitida em 18/05/2012



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

pelo Banco Santander Totta, S.A, no montante inicial de 8.394,95 € e atual de 839,49 €; ----

---- b) A receção definitiva dos trabalhos constantes da listagem anexa "trabalhos rececionados". ----

---- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ----

5.1.2 - Criação de um novo sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo_Parecer

---- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

---- "A requerente veio solicitar que o Município se pronuncie acerca de: ----

---- a) A cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, resultante da agregação de sistemas que foi criado pelo Decreto Lei nº 94/95 de 29 de maio (sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo), mediante a criação de um novo sistema multimunicipal: o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste; ----

---- b) A cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A, com a constituição através do mesmo decreto lei da Águas do Tejo Atlântico, S.A; ----

---- c) As consequentes alterações quer ao sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, quer à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A, constantes do projeto de decreto lei em anexo. ----

---- O atual sistema será cindido dando origem a dois: sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo e sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste. ----

---- A atual empresa dará origem a duas: Águas do Vale do Tejo, S.A e Águas do Tejo Atlântico, S.A. ----

---- O Município de Pampilhosa da Serra, continuará a integrar o mesmo sistema e empresa que atualmente integra, sendo alterada a designação para, sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo e Águas do Vale do Tejo, S.A respetivamente. ----

---- No que respeita à tarifa e aos pressupostos atualmente em vigor, não foram apresentados quaisquer elementos que os alterem pelo que se parte do princípio que são mantidos. ----

---- Continuarão a ser aplicados, durante o período de convergência tarifária, tarifários distintos aos diversos utilizadores, com o objetivo de uma convergência tarifária, e no domínio do saneamento regimes de faturação distintos aos diferentes utilizadores. ----

---- Contudo o atrás exposto não se encontra explícito nos elementos recebidos nem foram recebidos quaisquer estudos ou cálculos de acordo com a nova realidade do sistema



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

multimunicipal. -----

----- De igual modo se verifica que não existem quaisquer documentos no que respeita aos volumes de águas pluviais que se infiltram nas redes de recolha de efluentes e que em tempos chuvosos faz aumentar significativamente os caudais que afluem às ETAR's. -----

----- Deverá pois ser prevista uma ponderação destes volumes na fatura total e as ETAR's estarem equipadas com descarregadores de tempestade ou outros que permitam retirar parte das águas infiltradas do tratamento. -----

----- Nos documentos apresentados não é possível verificar quais os investimentos ou infraestruturas previstas para o Concelho. -----

----- As tarifas praticadas no sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, para o Concelho de Pampilhosa da Serra são: -----

----- a) Abastecimento de Água -----

----- i) de 2015 a 2039 - 0,5696 €/m³ -----

----- ii) a partir de 2040 - redução gradual -----

----- b) Saneamento de águas Residuais -----

----- i) de 2015 a 2039 - 0,5107 €/m³ -----

----- ii) a partir de 2040 - redução gradual -----

----- Assim presume-se que os pressupostos atrás mencionados se mantenham válidos. -----

----- Nestes termos, entende-se que estão reunidas condições para ser emitido parecer favorável, desde que o regime tarifário se mantenha, seja incluído o prolongamento da adutora desde o Cruzamento de Porto de Vacas até ao Reservatório de Dornelas do Zêzere nos investimentos a realizar e seja revisto o modo de cálculo de caudais mínimos garantidos no Saneamento de águas Residuais atendendo às infiltrações. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, desde que o regime tarifário se mantenha, seja incluído o prolongamento da adutora desde o Cruzamento de Porto de Vacas até ao Reservatório de Dornelas do Zêzere nos investimentos a realizar e seja revisto o modo de cálculo de caudais mínimos garantidos no Saneamento de águas Residuais atendendo às infiltrações. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL



FK

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

6.1 - Candidatura ao POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade Eficiência no Uso de Recursos - Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em Terrenos não Privados

----- Foi presente uma informação da Divisão de Desenvolvimento Municipal, do seguinte teor: -----

----- “ Considerando o Aviso POSEUR-10-2016-67, relativo à “Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em Terrenos não Privados”, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, na 48ª Reunião do Conselho Intermunicipal, realizada no dia 06/10/2016, deliberou, por unanimidade, aprovar a elaboração da candidatura em parceria entre a CIM-RC e os Municípios interessados e elegíveis; -----

----- Desta forma, será necessário celebrar o protocolo de colaboração no âmbito da implementação do projeto de instalação da rede de floresta contra incêndios não privados da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, onde se estabelece o âmbito da cooperação, a identificação do beneficiário líder, a responsabilidade conjunta entre as partes, seus deveres e direitos, e questões inerentes à propriedade final dos bens adquiridos ou desenvolvidos no âmbito da execução da operação. -----

----- Em anexo, a minuta do Protocolo sugerido pela CIM, para ser aprovado em reunião de Câmara.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta do Protocolo em apreço e conceder poderes ao Sr. Presidente para a sua assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

7.1 - AÇÃO SOCIAL

7.1.1 - Proposta de Escalões para Apoio aos Alunos da Residência de Estudantes

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “No seguimento de anos anteriores e tendo em conta o ofício enviado pela Residência de Estudantes de Pampilhosa da Serra a solicitar apoio no pagamento das mensalidades dos alunos, venho por este meio apresentar a seguinte tabela, com proposta de apoio para o ano letivo 2016/2017: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Escalão	Total	Família	(%/€)	Autarquia	(%/€)
A	41,92 €	20%	8,38 €	80%	33,54 €
B	83,84 €	25%	20,96 €	75%	62,88 €
C	146,73 €	45%	65,70 €	55%	95,37 €
Sem escalão	209,61 €	70%	146,73 €	30%	62,88 €

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----
 ----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.1.2 - Ação Social Escolar

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----
 ----- *"No seguimento de um novo pedido de ação social escolar, referente à criança Daniela Ramos de Lima, venho por este meio remeter a proposta de apoio, após análise de processo: -----*
 ----- *Pedido: Alimentação; -----*
 ----- *Apoio: Isenção. -----*
 ----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----
 ----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.2 - EDUCAÇÃO

7.2.1 - Análise de Candidaturas - Bolsas do Ensino Superior 2016/2017

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----
 ----- *" No seguimento do Processo nº 2016/850.10.500/2 referente a candidaturas para atribuição de bolsa de estudo a alunos do concelho que ingressaram no Ensino Superior em 2016/2017 e no âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo, publicado em Diário da República 2ª Série - nº 238 de 10 de dezembro de 2008, vimos por este meio remeter 7 candidaturas apresentadas por jovens residentes no concelho de Pampilhosa da Serra. -----*
 ----- *Assim, e tendo em conta a reunião da Comissão de Análise das Bolsas de Estudo, cuja ata segue em anexo, cumpre-nos informar que todas as candidaturas reúnem os critérios definidos em Regulamento, encontrando-se, por isso, em conformidade. Desde modo, foi dado pela Comissão de Análise parecer favorável a todas as candidaturas apresentadas. Da reunião da Comissão de Análise das Bolsas de Estudo surge, ainda, a proposta, para análise e deliberação, de atribuição dos montantes respetivos a cada candidato bolseiro numa só tranche. -----*
 ----- *Junto se envia, também em anexo, de forma resumida, listagem na qual constam dados -----*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

relativos aos candidatos e respetivos valores a atribuir (considerando que todos reúnem os critérios definidos).

----- À consideração superior. -----

Nº Processo	Nome	Média Ensino Sec.	Curso	Universidade	Valor a pagar
1	Fábio Miguel Santos Carvalho (Sobral Valado)	14,7	Engenharia Física - Mestrado Integrado	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Uni. De Coimbra	200 + 100 = 300 € 300 € x 3 meses = 900,00 €
2	Gonçalo Pereira Isidoro (Casal da Lapa)	12, 2	Engenharia Máquinas Marítimas - Licenciatura	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique - Paço de Arcos	200 + 50 = 250 € 250 € x 3 meses = 750,00 €
3	Ana Rita Nunes Barata (Sobral Valado)	13,7	Psicologia Mestrado Integrado	Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida - Lisboa	200 + 50 = 250 € 250 € x 3 meses = 750,00 €
4	Cristiana Alexandra da Silva Lopes (Pampilhosa da Serra)	12,3	Design de Comunicação e Produção Audiovisual - Licenciatura	Instituto Politécnico de Castelo Branco Escola Superior de Artes Aplicadas	200 + 50 = 250 € 250 € x 3 meses = 750,00 €
5	Rodrigo Gonçalves Bento (Maxial)	13,3	Fisiologia Clínica - Licenciatura	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Saúde	200 + 50 = 250 € 250 € x 3 meses = 750,00 €
6	Aurélio José Martins dos Santos (Pampilhosa da Serra)	14,5	Ciências Bioanalíticas - Licenciatura	Faculdade de Farmácia de Universidade de Coimbra	200 + 100 = 300 € 300 € x 3 meses = 900,00 €
7	Tiago Filipe Martins Dias (Porto de Vacas)	13,2	Design Multimédia - Licenciatura	Universidade da Beira Interior	200 + 50 = 250 € 250 € x 3 meses = 750,00 €

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

7.2.2 - Bolsa Social EPIS 2014 (2º pagamento) e Bolsa Social EPIS 2016 (vencedores)

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência da Candidatura às Bolsas Sociais EPIS 2014, foi-nos atribuída uma Bolsa no valor de 400 € anuais durante três anos, num total de 1200 €, pelas boas práticas organizativas de promoção de inclusão social de jovens carenciados e/ou em abandono escolar, através da educação, formação e inserção profissional, que, em reunião de Câmara de 26 de outubro de 2015 foi deliberado ser atribuída à aluna Maria Inês Miguéns da Fonseca, por cumprir os critérios para atribuição da Bolsa EPIS 2014, aprovados em reunião de Câmara de 30 de março de 2015 e clarificados/retificados em reunião de Câmara de 11 de maio de 2015. O 1º pagamento anual, no valor de 400 € foi atribuído à referida aluna em 21 de novembro de 2015, numa cerimónia que integrou a Assembleia Municipal. Considerando que deverá proceder-se ao pagamento do 2º ano de Bolsa, na medida em que a aluna continua a cumprir os critérios referidos, traz-se à consideração de V.Exª a possibilidade de se proceder da mesma forma, propondo-se que a atribuição dos respetivos 400 € seja feita na próxima Assembleia Municipal, agendada para 26 de novembro de 2016. -----

----- Traz-se, ainda, ao conhecimento de V.Exª que, na sequência da nossa Candidatura às Bolsas Sociais EPIS 2016, Categoria 3 – Nutriventures – Boas práticas organizativas de promoção de bons hábitos alimentares, fomos vencedores de uma Bolsa no valor de 600 € durante dois anos, para apoio do projeto candidato – Horta pedagógica + cabazes para famílias carenciadas”. -----

----- À consideração superior.” -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que redigi e subscrevi. -----




